

EM DEFESA DA ESCOLA

PEDAGOGIAS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA
NA DISPUTA PELA DEMOCRACIA

COLEÇÃO
TERRITÓRIOS DA EDUCAÇÃO

Coordenadora da coleção: Jaqueline Moll

CONSELHO EDITORIAL

André Lazaro – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Antonio Sampaio Novoa – Universidade de Lisboa
Antonio Carlos Ronca – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Arnaldo Nogaro – Universidade Regional Integrada
Bernard Charlot – Université Paris VIII, Paris, França/Universidade Federal de Sergipe
Cesar Nunes – Universidade Estadual de Campinas
Daniel Cara – Universidade de São Paulo
Debora Mazza – Universidade Estadual de Campinas
Elsio Corá – Universidade Federal da Fronteira Sul
Gaudêncio Frigotto – Universidade Federal Fluminense
Guillermo Rios – Universidad de Rosario
Jaume Martinez Bonafé – Universidad de Valencia
José Pacheco – ECOHABITARE
Juares Thiesen – Universidade Federal de Santa Catarina
Liliane Giordani – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Lucia Helena Alvares – Universidade Federal de Minas Gerais
Lucineide Pinheiro – Universidade Federal do Pará
Maria Carmen Silveira Barbosa – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Marcia Rosa da Costa – Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
Malvina Tuttman – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Marcio Taschetto – Universidade Franciscana
Miquel Essomba – Universitat Autònoma de Barcelona
Penildon Silva Filho – Universidade Federal da Bahia
Rui Trindade – Universidade do Porto

EM DEFESA DA ESCOLA

PEDAGOGIAS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA
NA DISPUTA PELA DEMOCRACIA

Jaqueline Moll
Maria Carmen Silveira Barbosa
(Organizadoras)



Editora Sulina

Copyright © Autores, 2023

Capa: Humberto Nunes

Foto da capa: Escola Parque de Salvador, 1950. Fonte: Nova Escola

Projeto gráfico e editoração: Clo Sbardelotto/Fosforográfico

Revisão: Simone Ceré

Editor: Luis Antonio Paim Gomes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária Responsável: Denise Mari de Andrade Souza CRB 10/960

Em defesa da escola: pedagogias da educação pública na disputa
pela democracia / organizado por Jaqueline Moll e Maria Carmen
Silveira Barbosa. -- Porto Alegre: Sulina, 2023.
296 p.; 16x23 cm.

ISBN: 978-65-5759-107-9

1. Educação. 2. Formação de Professores. 3. História do Brasil.
4. Democracia – Educação. 5. Educação Pública. I. Moll, Jaqueline.
II. Barbosa, Maria Carmen Silveira. III. Título.

CDU: 370

CDD: 370.1

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA MERIDIONAL LTDA.

Rua Leopoldo Bier, 644 – 4º andar

Bairro Santana, CEP 90620-100

Porto Alegre, RS – Brasil

Tel.: (51) 3110-9801

sulina@editorasulina.com.br

www.editorasulina.com.br

Maio /2023

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO / 9

Em defesa da escola pública: escutar as vozes e as experiências
de quem já esteve por aqui

Jaqueline Moll e Maria Carmen Silveira Barbosa

PREFÁCIO / 15

Antônio Joaquim Severino

CAPÍTULO I

ANÍSIO TEIXEIRA

Educação pública: direito de todos

Anísio Teixeira: estadista da educação / 23

João Augusto de Lima Rocha

Manifestos, cartas, educação e democracia / 50

Libânia Nacif Xavier

CAPÍTULO II

DARCY RIBEIRO

Educação integral para o povo brasileiro

Contribuição do Centro Integrado de Educação Pública (Ciep)
para a democratização da escola pública brasileira / 67

Lúcia Velloso Maurício

Utopias educacional, nacional e latino-americana:
a experiência da UnB / 83

Adelia Miglievich-Ribeiro

CAPÍTULO III

PAULO FREIRE

Da leitura do mundo à leitura da palavra

Paulo Freire e Ernani Fiori: uma longa e fraternal parceria
pedagógico-política / 101

Balduino Antonio Andreola

Educação popular e pedagogia crítica: em defesa da escola pública / 120

Fernanda dos Santos Paulo

Paulo Freire e algumas pautas para a educação popular na atualidade / 132

Jaime José Zitkoski

CAPÍTULO IV

MILTON SANTOS

As territorialidades para compreender a educação

Pensar a educação a partir do espaço geográfico: um diálogo
com a vida e a obra de Milton Santos / 141

César Augusto Ferrari Martinez

CAPÍTULO V

FLORESTAN FERNANDES

Defesa da escola pública brasileira

Florestan Fernandes, um intelectual comprometido
com a escola pública / 157

Mario Borges Netto e Maria Cristina Gomes Machado

O emparedamento social nas experiências escolares
de Florestan Fernandes / 174

Paulo Henrique Fernandes Silveira

CAPÍTULO VI

A EDUCAÇÃO BÁSICA COMO CONDIÇÃO PARA A SOBERANIA NACIONAL

A experiência pedagógica dos Ginásios Vocacionais (1961-1969) / 193
Esméria Rovai

CIEP: escola de formação de professores / 212
Ana Maria Monteiro

Anísio Teixeira e a luta pela escola pública:
educação para um estado democrático / 231
Eva Waisros Pereira

CAPÍTULO VII

AS UNIVERSIDADES E INSTITUTOS FEDERAIS E O PROJETO DE NAÇÃO

A universidade que temos para o país que queremos:
as crises prejudiciais à equação / 249
Rui Vicente Oppermann e Jane Tutikian

As tendências das universidades brasileiras:
que projeto de nação queremos? / 262
Malvina Tuttmann

Os Institutos Federais (IFs) e sua contribuição ao projeto de nação / 272
Maria Raquel Caetano, Flávio Luis Barbosa Nunes
e Guilherme Reichwald Junior

A TÍTULO DE POSFÁCIO / 283

Dados biográficos dos pensadores-referência para a luta
da escola pública no Brasil

APRESENTAÇÃO

Em defesa da escola pública: escutar as vozes e as experiências de quem já esteve por aqui

Jaqueline Moll¹

Maria Carmen Silveira Barbosa²

A República Brasileira foi tecida a partir de uma dinâmica de poucos momentos de governos legítimos, em proximidade com a democracia e a cidadania, e muitas interrupções, por movimentos autoritários, que instauraram governos autocráticos, desrespeitaram preceitos constitucionais e mantiveram excluída grande parte da população. Esse processo histórico instável dificultou a construção de um percurso com continuidades e avanços, com revisões críticas e aperfeiçoamento na construção das políticas, legislações e orçamentos educacionais, que sempre foram tensionados pelos grupos que estiveram, ilegitimamente, no poder.

Além da dificuldade de definição de uma identidade para o projeto político-pedagógico desejado pelo povo para a educação brasileira, o tamanho do país e a sua demografia tão diferenciada estiveram entre as dificuldades para a construção de um pensamento nacional sobre a educação e a consolidação de um sistema educacional articulado que tivesse como centro a formação humana e o direito universal à escolarização.

Se durante os quatro primeiros séculos copiamos, literalmente, os modelos educacionais que estavam em vigor nos países europeus que nos colonizaram, o século XX abriu a oportunidade para olharmos o Brasil a partir do

¹ Pedagoga. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora Titular da Faculdade de Educação da UFRGS. Pós-Doutorado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Foi Diretora de Educação Integral do Ministério da Educação (2007-2013). Estuda educação, cidade, currículo, políticas públicas. jaquelinemoll@gmail.com

² Pedagoga. Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora Titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pós-Doutorado pela Universidade de Vic/Espanha. Pesquisadora da infância e educação de crianças de 0 a 10 anos. licabarbosa@ufrgs.br

Brasil. A Semana da Arte Moderna, cujo centenário estamos comemorando, mostra como procurávamos conhecer o país – suas manifestações culturais, seu povo, sua história – e construir um pensamento sobre nós mesmos, sobre nossas identidades culturais. Nesse diapasão, a escola começa a ser vista como um possível centro construtor e divulgador de culturas.

Assim, as primeiras décadas do século XX foram um período importante para o início da construção de um pensamento nacional sobre a educação, que teve origem no reconhecimento da educação como um direito de todos os cidadãos e na organização das redes públicas. No dizer enfático de Anísio Teixeira, educação como direito de todos, e não como privilégio de alguns. O Manifesto dos Pioneiros de 1932 representou importante marco dessa perspectiva.

Nesse período começou-se a desenhar um projeto de escola pública, alicerçado em lutas permanentes pela garantia da materialidade necessária para o acesso universal, a permanência e a qualidade pedagógica. Ao longo do século XX, nos períodos de redemocratização – da escrita das Constituições, das reformas educativas, dos projetos pedagógico-culturais, dos movimentos socioeducacionais para as camadas populares fora da escola – pensadores do campo educacional retomavam o legado das ideias pedagógicas consolidadas nas vozes que os antecederam, reconheciam suas possibilidades em novos contextos e procuravam atualizá-las tornando-as mais contemporâneas.

Chamamos de períodos de redemocratização o que Anísio denominou como *intervalos democráticos*, tempos insuficientes para afirmação de um projeto de nação, tempos interrompidos por golpes e ilegalidades, repetidos – como tragédia e como farsa – em 1937, 1964 e 2016.

Anísio Teixeira foi referência e bibliografia para Paulo Freire, trabalhou com Darcy Ribeiro, dialogou intensamente com Florestan Fernandes, e certamente todos eles inspiraram pessoas como Milton Santos, Maria Nilde Mascelani, entre tantos e tantas, na construção de propostas educativas qualificadas e democratizadoras das universidades e escolas públicas, desdobrando-se nas Escolas-Parque, nos Ginásios Vocacionais, nas Escolas de Aplicação, nos Centros Integrados de Educação Pública (Cieps), nos Círculos de Cultura para alfabetização de jovens e adultos. Foram também, mais recentemente, inspiração para políticas públicas expressivas, do âmbito municipal ao federal, da educação básica à superior, materializando-se na Escola Plural de Belo Horizonte (MG), na Escola Cabana de Belém (PA),

na Escola Viva de Campinas (SP), na Escola Cidadã de Porto Alegre (RS), no Programa Mais Educação do Ministério da Educação, no Pibid da Capes, entre muitas outras, interrompidas ao sabor dos autoritarismos.

Essa tradição pedagógica brasileira propôs princípios e referências para uma escola pública que construísse um olhar sobre a nossa diversidade e desigualdade e pudesse acolher todos os estudantes nela matriculados. Não uma escola que estivesse fechada em si, mas que fosse aberta ao mundo, às cidades, aos territórios, às comunidades. Uma escola que se indagasse sobre o que seria importante oferecer como experiência educacional às crianças e jovens para construir um país livre, autônomo, diverso, igualitário. Que apostasse na vida de cada um e na convivência entre todos, nos saberes científicos e das práticas cotidianas, nos conhecimentos culturais, tecnológicos, artísticos, como projeto de formação humana, de criação de modos bonitos de vida e de responsabilidade e compromisso com a transformação do país.

Contudo, e em que pese a importância dessas perspectivas educacionais que ampliam significativamente os horizontes curriculares e constituem-se como as bases para construção de um país soberano e livre, seu conteúdo foi reiteradamente rechaçado e silenciado. Também no âmbito da formação de professores, esta “ancestralidade” pedagógica vem sendo esquecida, pois as novidades parecem sempre mais oportunas. Mesmo no curso de Pedagogia, onde os estudos educacionais deveriam ser mais aprofundados, há um olhar para esses pensadores da educação brasileira e seus textos e seus feitos, como seres e ideias do passado, como parte da história da educação brasileira, mas não como biografias e ideias que precisam ser conhecidas, discutidas e recolocadas no tempo e no espaço para ajudar a pensar a escola de hoje e do futuro.

O curso *Em defesa da Escola: as pedagogias na luta pela educação pública*, do qual se origina este livro, nasceu de conversas em caminhadas na beira do mar, em rodas de chimarrão, em diálogos com estudantes e professores das escolas públicas e com pós-graduandos e na experiência de quem, há décadas, honra a educação pública.

A visibilidade dos *não saberes* em relação às pedagogias democráticas da história do Brasil, por muitos estudantes e docentes, atores educacionais da história recente da educação brasileira, colocou-se como um aviso da necessidade de retomar a tradição, não para copiá-la, mantê-la na íntegra, mas para assumi-la como a raiz de uma grande árvore que sustenta um pro-

jeto que segue expandindo-se, incorporando novas ideias, incluindo outras ancestralidades.

Tudo isso com o intuito de criar uma escola que não seja qualquer escola, mas a *escola comum* para a população brasileira, uma escola que acolha a todos, adultos, jovens e crianças, que construa pertencimento, vida comum e bem viver no seu dia a dia, valores da democracia, da beleza, da sensibilidade, isto é, uma escola que defenda e afirme uma ética do cuidado.

Nesse sentido, para dar consequência a esses desejos e propósitos, em uma articulação entre o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), através da professora Maria Raquel Caetano e do professor Guilherme Reichwald Junior, o Observatório Nacional de Educação Integral (UFBA), através da professora Claudia Cristina Pinto, o Observatório de Educação Profissional e Tecnológica (EPT/IFRS) e o Observatório do Ensino Médio do Rio Grande do Sul (UFRGS), a partir de um trabalho cooperativo e dialógico, no segundo semestre do ano de 2021, ainda no contexto da pandemia causada pela Covid-19, realizou-se, mediante sete mesas virtuais, o mencionado curso com o acompanhamento de centenas de professores e professoras, gestores e gestoras educacionais e estudantes de todos os estados do Brasil.

A organização do livro segue a ordem na qual as mesas aconteceram, apresentando artigos de todos os participantes dos debates que enviaram seus textos, partindo do pensamento educacional de Anísio Teixeira, para em seguida abordar Paulo Freire, Darcy Ribeiro, Milton Santos e Florestan Fernandes e, na sequência, reflexões e feitos no âmbito da educação básica e da educação superior. O curso virtual pode ser acessado pelo canal IFSul Transmissões/vídeos e pelos sites dos Observatórios.

Os autores e as autoras, dos diferentes textos, constituem um grupo de professores/as e pesquisadores/as de Escolas, Institutos e Universidades públicas, com belas histórias de luta pelo direito universal à educação pública e de qualidade.

Anísio Teixeira é apresentado em dois textos, por João Augusto de Lima Rocha (UFBA) e Libânia Nacif Xavier (UFRJ), através de sua importante inserção na educação brasileira, em diferentes momentos da história, e de sua efetiva contribuição para a consolidação da escola pública como elemento central para a construção da democracia.

Darcy Ribeiro é trazido para o debate por Lúcia Velloso Maurício (UERJ), que foi sua colaboradora direta na implantação/implementação do

projeto dos Cieps no estado do Rio de Janeiro, e por Adelia Miglievich-Ribeiro (UFES), que enfoca sua utopia educacional materializada também em Universidades paradigmáticas para a construção de um país e de um continente solidários e soberanos.

Paulo Freire vem pela escrita de Balduino Antonio Andreola (UFRGS), seu companheiro de longa jornada, e que nos brinda pelo diálogo que constrói do mestre com o filósofo gaúcho Ernani Maria Fiori, que prefaciou a *Pedagogia do Oprimido*, no contexto de exílio em que os dois se encontravam no Chile. Também Fernanda dos Santos Paulo (AEPPA/MEP) e Jaime José Zitkoski (UFRGS) contribuem com significativos escritos, abordando, respectivamente, a educação popular e a pedagogia crítica na obra de Freire e temas/questões significativas para a educação popular no contexto contemporâneo.

Milton Santos é trazido pelo texto de César Augusto Ferrari Martinez (UFPEL), que propõe um diálogo com sua vida e sua obra, pensando a educação a partir do espaço geográfico.

Florestan Fernandes é apresentado em dois textos. O primeiro, escrito por Mario Borges Netto (UFU) e Maria Cristina Gomes Machado (UEM), aborda o compromisso orgânico de Florestan, como grande intelectual, com a escola pública. O segundo, de Paulo Henrique Fernandes Silveira (USP), descortina a trajetória de Florestan sob a perspectiva do emparedamento social de suas experiências escolares. Destaca-se o olhar ímpar do neto-professor universitário em relação ao avô, cuja trajetória de vida constituiu um exemplar caminho de lutas e superações.

Na sessão seguinte são apresentadas três significativas experiências de políticas para a educação básica, igualmente interrompidas pela violência político-institucional do estado brasileiro. Esméria Rovai (CEETPS) apresenta a experiência dos *Ginásios Vocacionais*, no estado de São Paulo dos anos 50/60, coordenados e implementados por Maria Nilde Mascelani, importante educadora brasileira, cuja obra precisa ser conhecida pela potência pedagógica transformadora. Ana Maria Monteiro (UFRJ) apresenta os Cieps, desde a perspectiva da Escola de Formação de Professores proposta por Darcy Ribeiro no contexto da redemocratização brasileira, e Eva Waisros Pereira (UNB) apresenta as *Escolas-Parque* de Brasília, como parte da grande obra educacional de Anísio Teixeira na luta pela construção da escola pública necessária para o estado democrático.

Finalizando o livro, um conjunto de artigos tematiza o ensino superior na perspectiva do seu papel e compromisso com a construção de uma nação soberana. Dois artigos abordam a Universidade brasileira, apontando aspectos relevantes dos diferentes ciclos históricos e o lugar das universidades públicas para a construção do país que queremos e do projeto de nação. Seus autores pensam a universidade desde a experiência na gestão de grandes instituições: Rui Vicente Oppermann e Jane Tutikian na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Malvina Tuttman na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Do mesmo modo, Flávio Nunes, atual Reitor do IFSul, com Maria Raquel Caetano (IFSul) e Guilherme Reichwald (IFSul) apontam aspectos relevantes na implementação e consolidação da Rede de Institutos Federais de Educação Tecnológica, expressão inequívoca da direção democrática e qualificadora para a educação básica e superior do período democrático interrompido em 2016.

Necessário apontar que Rui Vicente Oppermann e Jane Tutikian são, respectivamente, o reitor e a vice-reitora eleitos pela comunidade acadêmica para a atual gestão da UFRGS, não empossados em função da ilegitimidade da decisão tomada pelo atual governo, que em nada representa os ideais republicanos e civilizatórios que as sociedades podem aspirar para a garantia da dignidade da vida.

Enfim, apresentamos o presente livro para leitura, reflexões e retomada de memórias fundamentais para que o presente possa ser reinventado e o futuro efetivamente construído, pois temos certeza de que, como disse Darcy Ribeiro, no limiar da longa noite que durou 21 anos (1964-1985), *haverá de amanhecer*.

Porto Alegre/Santa Cruz do Sul (RS), no inverno de 2022.